



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO - CNIg**

**ATA**

**II REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL  
DE IMIGRAÇÃO - CNIg**

**Dia: 08 de março de 2016**

**Brasília – DF**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – MTPS**  
**CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO – CNIg**

**Ata da II Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração - CNIg**

**Dia:** 08/03/2016

**Hora:** 08:30 horas

**Local:** Auditório – Organização Pan–Americana de Saúde (OPAS), Lote 19 – Avenida das Nações – SEN – Asa Norte – Brasília – Distrito Federal.

1 Aos oito dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às 08:30 horas, no Auditório da  
2 Organização Pan–Americana de Saúde (OPAS), Lote 19, Avenida das Nações, SEN, Asa  
3 Norte, Brasília, Distrito Federal, sob a Presidência do **Sr. Paulo Sérgio de Almeida**, teve  
4 início a Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração – CNIg. Expedida a  
5 convocatória a todos os membros, Titulares e Suplentes, estavam presentes os representantes  
6 do Poder Público e da Sociedade Civil: Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida, Ministério do  
7 Trabalho e Previdência Social (**MTPS**); Sr. João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva, do  
8 Ministério da Justiça (**MJ**); Sr. Embaixador Rubens Gama Dias Filho e Sr. Paulo Gustavo  
9 Iansen de Sant’ana, do Ministério das Relações Exteriores (**MRE**); Sr. Osório Vilela Filho, do  
10 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**MAPA**); Sra. Edna de Souza Cesetti e  
11 Sr. Alcebíades Gomes Pereira, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio  
12 Exterior (**MDIC**); Sra. Lídia Miranda de Lima, do Ministério da Ciência, Tecnologia e  
13 Inovação (**MCTI**); Sr. Thiago Lopes Cardoso Campos, do Ministério da Saúde (**MS**); Sr.  
14 Odilon dos Santos Braga, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (**CTB**); Sra.  
15 Clair Siobhan Ruppert, da Central Única dos Trabalhadores (**CUT**); Sr. Elias Ferreira, da  
16 Força Sindical (**FS**); Wladimir Penha Pereira, da Nova Central Sindical de Trabalhadores  
17 (**NCST**); Sr. Edson Stefani, da União Geral dos Trabalhadores (**UGT**); Sra. Marjolaine  
18 Bernadette Julliard Tavares do Canto, da Confederação Nacional do Comércio de Bens,  
19 Serviços e Turismo (**CNC**); Sra. Regiane Ataíde Costa, da Confederação Nacional da  
20 Indústria (**CNI**); Sr. Rodrigo Hugueneu do Amaral Mello, da Confederação da Agricultura e  
21 Pecuária do Brasil (**CNA**); Sr. Luiz Henrique David, da Confederação Nacional do Transporte  
22 (**CNT**); Sra. Kelly Dantas da Silva, Confederação Nacional das Instituições Financeiras (**CNF**)  
23 e da Sra. Bela Feldman Bianco, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).  
24 Os observadores: Sr. Duval Magalhães Fernandes, da Comissão Nacional para População e  
25 Desenvolvimento (**CNPD**); Sra. Cyntia Sampaio e Sra. Thais Dias Fortuna, da Organização  
26 Internacional do Trabalho (**OIT**); Sra. Maria Angélica Iguaracema Rodrigues da Costa, da

27 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (**SEPPIR/PR**); Sr. Raimundo Jorge  
28 Santos Seixas, da Agência Brasileira de Inteligência (**ABIN**); Sr. André Zaca Furquim, do  
29 Departamento da Polícia Federal (**DPF**) e Sr. Eduardo Basso, da Secretaria de Políticas de  
30 Previdência Social (**SPPS/MPS**); dos Servidores da Coordenação de Apoio ao Conselho  
31 Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração; Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos;  
32 Sr. Aldo Candido Costa Filho; Sra. Ana Priscila Martins da Cruz; Ana Paula Santos da Silva e  
33 dos Convidados: Sra. Isabel Kelli, do Ministério do Turismo (**MTur**); Sra. Silvane M. Gouvêa,  
34 do Departamento da Polícia Federal (**DPF**) e Sra. Anemarie da Silveira Bender, do Ministério  
35 da Saúde (**MS**). Justificadas as ausências: Sr. Valdir Vicente de Barros, da União Geral dos  
36 Trabalhadores (**UGT**); Ir. Rosita Milesi, do Instituto Migrações e Direitos Humanos (**IMDH**)  
37 e Matteo Mandrile, da Organização Internacional para as Migrações (**OIM**). **ABERTURA:** O  
38 Presidente da Reunião, Paulo Sérgio Almeida, convocou, para compor a mesa inicial: a Sra.  
39 Regiane Ataíde Costa (**CNI**); a Sra. Clair Siobhan Ruppert (**CUT**); e a Sra. Glória Moreno  
40 (**OIT**). O Presidente do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, o Sr. **Paulo Sergio de**  
41 **Almeida (MTPS)**, agradeceu a presença de todos e declarou aberta a reunião. Acrescentou  
42 que, após a II Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração, haveria a abertura do  
43 Seminário Internacional de Proteção dos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadores  
44 Migrantes, realizado em conjunto com a OIT, às 16 horas, tendo como objetivo a divulgação  
45 das ações do CNIg e dos projetos em parceria com a Organização. Homenageou o dia  
46 Internacional da Mulher. Posteriormente, deu as boas-vindas às Delegações de Governos,  
47 Trabalhadores e Empregadores presentes para o Seminário Internacional, que também  
48 observarão a dinâmica da reunião do CNIg. Em sua fala, ele destacou as participações de:  
49 observadores credenciados, órgãos públicos, centrais sindicais, representações empresariais,  
50 representações de aposentados. O Presidente, para situar os participantes da função do  
51 Conselho, elucidou que o Conselho Nacional de Imigração é um Conselho tripartite,  
52 composto de Governo, Trabalhadores e Empregadores, sendo formado pelos representantes  
53 dos principais órgãos que cuidam da questão migratória do Brasil. Além disso, é responsável  
54 por elaborar uma política de imigração no Brasil. Completou que o Conselho foca-se nos  
55 temas da imigração devido uma lacuna de especificidades na Legislação Migratória Brasileira,  
56 que data de 1980. Em consequência disso, o CNIg adentrou em temas que, originalmente, não  
57 faziam parte de sua essência. Adicionou que é um Conselho Deliberativo, não apenas  
58 Consultivo: há um preparo de pautas e de aprovação das pautas por meio de deliberações.  
59 Esse modelo de atuação assegura uma coerência interna do Governo Brasileiro em relação às  
60 políticas migratórias, a fim de que se promova a igualdade de oportunidades, a não

61 discriminação, o acesso dos trabalhadores migrantes no mercado de trabalho brasileiro, a  
62 igualdade de direitos no acesso a esse mercado de trabalho brasileiro. O Presidente citou  
63 como exemplo o caso do Haiti que, em 2010, sofreu um terremoto de grande proporção, e o  
64 Brasil passou a ser a rota desse imenso fluxo migratório. Sendo assim, o CNIg, em 2012,  
65 deliberou pela criação de um visto, de caráter humanitário, para os esses nacionais  
66 beneficiando milhares de pessoas. O Presidente observou que, por meio desse consenso  
67 tripartite, conseguiram construir políticas, como a do caso do Haiti, as quais permitem uma  
68 migração ordenada, segura, além de uma integração desses migrantes no mercado de trabalho.  
69 Além disso, destacou a criação, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), do  
70 Observatório das Migrações Internacionais, com objetivo de melhorar as informações, os  
71 dados estatísticos em relação ao mercado de trabalho brasileiro. O Presidente prosseguiu  
72 enfatizando a importância de debates sobre políticas migratórias, especialmente ligadas a  
73 migração laboral, com a Cooperação de Organismos Internacionais, porque possibilita um  
74 delineamento das mesmas. Tratou, ademais, dos Processos regionais de integração na América  
75 do Sul, como o acordo de residência para nacionais do Mercosul e Estados Associados.  
76 Acrescentou a importância do Ministério do Trabalho e Previdência Social, nesse Plano, junto  
77 ao Mercosul, para que se supere os obstáculos da mobilidade de pessoas e ocorra uma real  
78 integração no mercado de trabalho, e talvez, um aumento as contribuições previdenciárias.  
79 Em seguida, a palavra foi dada à Conselheira Sra. **Marjolaine Bernadette Julliard Tavares**  
80 **do Canto (CNC)** que apresentou um histórico sobre o desenvolvimento do CNIg desde a sua  
81 criação. Destacou que houve quatro fases: a primeira, em que a vertente era a da segurança  
82 nacional; a segunda fase, quando realmente ocorreu a sua implementação; a terceira fase,  
83 quando houve expansão do CNIg e a quarta fase, quando houve uma legitimidade de um  
84 Conselho Tripartite no CNIg. Acrescentou que, nos anos 80, houve um aumento de dois  
85 Ministérios: o Ministério da Indústria e Comércio e o Ministério do Desenvolvimento  
86 Tecnológico. Ademais que, no governo dos Presidentes Collor de Melo e Itamar Franco,  
87 houve uma ampla abertura comercial, a qual impactou a indústria e o desenvolvimento  
88 tecnológico. Essas mudanças se refletiram no CNIg, pois ele voltou a atuar, em 92/93,  
89 fazendo resoluções de maneira a possibilitar a importação de mão-de-obra especializada para  
90 a área da atividade empresarial. A Conselheira informou que, na época do Presidente Itamar  
91 Franco, houve uma preocupação relevante com o diálogo social. Diante disso, no seu governo,  
92 foi promulgado o Decreto 840, o qual rege, até os dias atuais, a composição do Conselho,  
93 sendo determinada a participação de quatro representantes de trabalhadores e de  
94 empregadores e ainda, dispõe as suas atribuições: formular políticas de migração; coordenar e

95 orientar atividades migratórias; estabelecer as normas de seleção de migração no Brasil,  
96 atividades privadas à bancada. A Conselheira continuou a explanação histórica do CNIg,  
97 aclarando que essa abertura econômica, promovida pelos Presidentes Collor de Melo e Itamar  
98 Franco, foi mantida na fase 3, que era a fase do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nessa  
99 terceira fase, consolidou-se o Decreto 3574, que deu lugar a Educação e aumentou para cinco,  
100 o número de representantes dos empregadores e dos trabalhadores. Em consequência, as  
101 centrais sindicais passaram a fazer parte do CNIg, como também os observadores. A  
102 Conselheira informou que, na quarta fase, no Governo dos Presidentes Luis Inácio Lula da  
103 Silva e Dilma Rousseff, manteve-se a abertura econômica, mas com uma política industrial  
104 mais proativa. O Brasil passou a ser mais competitivo no mercado internacional. Foi um  
105 momento que o CNIg teve um papel de legitimidade de sua representação, uma discussão  
106 democrática. A Conselheira concluiu que, hoje, o CNIg, com a participação de empresários,  
107 trabalhadores e observadores, é um exemplo de boas práticas, já que esses diferentes atores  
108 decidem de forma conjunta. Agregou, ademais, que o setor privado encontrou, no CNIg, uma  
109 forma célere de trazer mão de obra, pois há lacunas na atual legislação, e o Conselho tem  
110 alcançado essas demandas e tem crescido em termos de mérito; logo, alcançando sua  
111 legitimidade pela âncora tripartite. Na sequência, a Sra. Conselheira **Clair Siobhan Ruppert**  
112 **(CUT)**, agradeceu a presença de todos e o convite do CNIg e da OIT. Destacou a necessidade  
113 de um Diálogo Social, pois, para os trabalhadores, o diálogo e a negociação são princípios  
114 essenciais. Acresceu que o CNIg é um exemplo de boas práticas desse Diálogo Social.  
115 Ressaltou que, desde 2003, durante o Governo e Pós-governo do Presidente Luís Inácio Lula  
116 da Silva, vários espaços de exemplos de Diálogos Sociais foram criados no Brasil: Conselhos,  
117 Comissões, Conferências, porque se acredita que os grupos afetados, ou grupos que  
118 participam desse coletivo, precisam ter a sua representação para discutir as políticas públicas.  
119 Adicionou que esse Diálogo Social pode ser bipartite ou tripartite e que a OIT é uma  
120 organização tripartite, baseada no Diálogo Social, por isso apoia a OIT. Salientou que, por  
121 meio desse Diálogo Social com a OIT, atualmente, cumprem com as normas e as convenções  
122 dessa organização, como também buscam ratificação de outras convenções importantíssimas:  
123 como o caso da convenção 143, que aborda o caso das migrações efetuadas em condições  
124 abusivas e o caso da promoção de igualdade, de oportunidade e de tratamento dos  
125 trabalhadores migrantes. Destacou que a Constituição Federal de 88 defende o princípio da  
126 igualdade entre os trabalhadores brasileiros migrantes, contudo, a atual legislação, Estatuto do  
127 Estrangeiro, criminaliza o migrante, exemplo: não é permitido aos trabalhadores migrantes a  
128 participação em Sindicatos. Diante disso, a necessidade de uma discussão, para a criação de

129 uma nova Lei de Migração, está em aprovação no Congresso e foi proposta de acordo com os  
130 princípios da ONU e no modelo do Diálogo Social com a participação do CNIg. Em seguida,  
131 **Glória Moreno (OIT)**, agradeceu a todos os presentes, os representantes de trabalhadores e  
132 empregadores, representantes de todos os Ministérios que trabalham com o tema migração.  
133 Reforçou o agradecimento, ao Ministério do Trabalho do Brasil, pelo apoio, tanto financeiro  
134 quanto técnico, para a realização do Seminário, que é parte do Projeto Cooperação Sul-Sul  
135 para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Migrantes na Região da  
136 América Latina e Caribe, e que foca em um Diálogo Social. Aclarou que esse Projeto tem  
137 como objetivo principal: fortalecer a capacidade institucional, especialmente do Ministério do  
138 Trabalho, como também de outros Ministérios, os quais trabalham com o tema, e de  
139 Associações de trabalhadores e de empregadores com intuito de reforçar iniciativas que  
140 colaborem para relação Sul-Sul, e triangular, e de ampliar o direito à eficácia e às garantias  
141 individuais dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes em toda América Latina e no Caribe.  
142 Reconheceu a importância do CNIg em focar nos direitos dos trabalhadores migrantes e no  
143 apoio dado à ratificação do Convênio 143 da OIT. Fortificou a recomendação da OIT aos  
144 Ministérios do Trabalho: 1) ter um papel claro na elaboração e na formulação, na gestão e  
145 administração de políticas de trabalho, a fim de garantir os aspectos relacionados às Políticas  
146 de Trabalho e Emprego; 2) estabelecer um mecanismo para garantir a coordenação e a  
147 celebração de consultas, como o CNIg, que é um exemplo de boa prática mundialmente, e que  
148 esse mecanismo inclua todos os Ministérios, Autoridades e Órgãos relacionados às migrações.  
149 Acresceu que a OIT aconselha esses Ministérios a: 1) velar pelas estruturas e mecanismos  
150 específicos para conseguir formular e aplicar políticas de migração laborais; 2) incluir,  
151 quando possível, uma conexão especial dedicada às questões relacionadas aos trabalhadores  
152 migrantes; 3) assegurar que os ministérios competentes disponham de recursos adequados  
153 para atender essas políticas de migrações laborais; 4) estabelecer procedimento tripartite para  
154 garantir que as questões relativas às migrações laborais se construam junto às Associações de  
155 Trabalhadores, a fim de que se leve em conta as suas opiniões, pois o Diálogo Social é  
156 essencial para formular uma política de imigração laboral adequada; 5) estabelecer  
157 mecanismos para celebração de consultas tripartite em nível nacional, internacional e  
158 multilateral. Fortaleceu que, nesse marco multilateral, a OIT recomenda: 1) estabelecer ou  
159 reforçar os procedimentos nacionais de Diálogo Social, para garantir a celebração de  
160 consultas sobre todos os aspectos da migração laboral, incluindo a elaboração de programas,  
161 materiais educativos e a prestação de serviços e assistência aos trabalhadores migrantes e aos  
162 candidatos de imigração por razões de trabalho, tanto homens quanto mulheres; 2) facilitar a

163 participação das associações de empregadores e trabalhadores nos fóruns pertinentes  
164 internacionais, regionais e nacionais, entre outros, inclusive por meio do estabelecimento de  
165 Processos consultivos tripartites; 3) promover o diálogo e a celebração de consultas, com as  
166 Associações, sobre as oportunidades e desafios práticos e sobre as preocupações concretas em  
167 relação à imigração laboral e à função que desempenham na prestação de assistência aos  
168 trabalhadores migrantes; 4) velar para que tanto os trabalhadores quanto as trabalhadoras  
169 migrantes participem do diálogo e das consultas. Salientou a importância do CNIg no cenário  
170 mundial, exemplo: que, em agosto de 2010, depois de uma consulta pública, o CNIg aprovou  
171 uma Política Pública Nacional de Proteção aos Trabalhadores Migrantes no Brasil. Adicionou  
172 que essa política objetiva estabelecer princípios, diretrizes, estratégias e ações, em relação ao  
173 fluxo migratório internacional, com vistas a orientar as entidades e órgãos brasileiros,  
174 contribuir para promoção e proteção dos direitos humanos dos imigrantes e incrementar os  
175 vínculos das imigrações com o desenvolvimento. Ressaltou que o CNIg tomou ações  
176 inovadoras e se encontra em capacidade de compartilhar suas experiências e práticas com  
177 outros países da América Latina e o Caribe. Apontou sobre o dia Internacional da Mulher e  
178 sobre a necessidade de discutir a questão de gênero dos diferentes componentes da política  
179 migratória internacional, com o objetivo de que se considere a promoção de igualdade de  
180 gênero e de equidade, uma vez que as mulheres e jovens migrantes enfrentam desafios  
181 específicos por razão de gênero ou por condição de migrante em situação irregular; logo, a  
182 importância de garantir que as políticas de migração laboral integrem as questões de gêneros.  
183 Mencionou, para finalizar, duas boas práticas tomadas a partir do Diálogo Social e de  
184 discussões tripartite, que se alcançaram dentro do Mercosul: 1) acordo de residência para os  
185 países do Mercosul e associados, exceto Suriname, Guiana e Venezuela. 2) o Plano para  
186 facilitar a livre circulação de trabalhadores do Mercosul. Concluiu que esse intercâmbio de  
187 boas práticas é essencial para garantir a harmonia de procedimentos e de legislações que  
188 possibilitem o fluxo de migrantes com direitos, consequentemente resultando em uma  
189 diminuição da vulnerabilidade de trabalhadores migrantes e suas famílias. O Presidente do  
190 CNIg, **Sr. Paulo Sérgio de Almeida**, solicitou que cada Conselheiro fizesse uma pequena  
191 apresentação destacando o que órgão ao qual pertencia. Deu início a aprovação da agenda da  
192 II Reunião Ordinária do CNIg, sendo composta de: 1) Abertura, já concluída; 2) Aprovação da  
193 própria agenda de trabalho; 3) Aprovação das três atas pendentes da VIII, IX e X Reuniões  
194 Ordinárias do CNIg; 4) Relato de três grupos de trabalho, uma vez que o quarto não pode se  
195 reunir: Análise dos novos fluxos migratórios ao Brasil; Organização do Fórum de Participação  
196 Social e Implementação dos Resultados da pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas;

197 5) Assuntos diversos. Acrescentou que, no Fórum Social Mundial das Migrações em São  
198 Paulo, haverá a edição presencial do Fórum de Participação Social, em que será ampliada a  
199 participação de organizações da sociedade civil, comunidade, acadêmicos, estudiosos,  
200 associações de migrantes e próprios migrantes para debater a questão migratória, para coletar  
201 sugestões, para expor recomendações. Salientou que, na agenda de assuntos diversos, estão  
202 previstas: 1) a atualização da Resolução Administrativa, que trata da participação dos  
203 Observadores; 2) a alteração da Resolução nº 76/2007, que trata da vinda dos atletas  
204 profissionais, a pedido da Câmara dos Deputados; 3) a alteração, da Resolução nº 93/2010,  
205 que trata da permanência, no Brasil, de vítimas de tráfico de pessoas, neste caso a Defensoria  
206 Pública da União solicitou a discussão fosse postergada. Após a aprovação da agenda da  
207 segunda reunião ordinária do Conselho Nacional de Migração pelos Conselheiros, o Sr.  
208 Presidente iniciou a aprovação das Atas da VIII, IX e X Reuniões Ordinárias do CNIg de  
209 2015. Questionou sobre modificações na Ata da VIII Reunião Ordinária do CNIg, realizada  
210 no dia 21 de outubro de 2015, que foi aprovada sem modificações. Em seguida, questionou  
211 sobre modificações na Ata da IX Reunião Ordinária do CNIg, no dia 11 de novembro de 2015.  
212 O Conselheiro, **Sr. Osório Vilela Filho (MAPA)**, sugeriu uma modificação na página 4 da ata,  
213 a partir da linha 92, onde está escrito: “Que sempre foi realizada às terças-feiras” para  
214 “sugeriu que poderiam retorná-las às terças-feiras”. Apontou a falta do acento crase na fala do  
215 Presidente, na página 4, linha 95, em “que as quartas-feiras”. O Presidente, **Sr. Paulo Sérgio**  
216 **Almeida (MTPS)**, declarou a aprovação da Ata da IX Reunião Ordinária do CNIg, com as  
217 modificações propostas pelo representante do MAPA. Em seguida, o Presidente questionou  
218 sobre as modificações na Ata da X Reunião Ordinária do CNIg, realizada em 9 de dezembro  
219 de 2015. O Conselheiro, **Sr. Osório Vilela Filho (MAPA)**, recomendou rever a degravação  
220 dessa reunião e verificar a fidedignidade da informação escrita na página 55 da Ata, a partir da  
221 linha 93, em que está escrito: “Representante Titular da CTB”. O Presidente, **Sr. Paulo Sérgio**  
222 **Almeida**, questionou se a informação a ser complementada era sobre algum erro no nome do  
223 Conselheiro. O **Sr. Osório Vilela Filho (MAPA)**, indicou uma confusão na compreensão  
224 textual. O **Presidente** solicitou os ajustes necessários nessa parte para a secretaria. A Sra.  
225 **Lídia Miranda de Lima (MCTI)**, apontou, na linha 245, o texto: “A Sra. Lídia Lima  
226 arrazoou que observou que o Projeto de Lei”, em que há uma repetição de palavras, e pediu  
227 para escolher uma das duas – ou observou, ou arrazoou. O Sr. **Elias Ferreira (FS)**, apontou  
228 que, na linha 428, em sua fala: “O senhor Elias Ferreira esclareceu que o selo da ABCTEC foi  
229 criado para fiscalização”, seria ABVTEX - Associação Brasileira Varejo Têxtil, um  
230 apontamento de correção ortográfica. O Presidente informou que a Ata é feita por uma



231 empresa e que apresenta problemas de redação. Aprovou a Ata da X Reunião Ordinária do  
232 CNIg, com as modificações apontadas. Em seguida, registrou a presença do Embaixador  
233 Rubens Gama Dias Filho, Conselheiro Titular do Ministério das Relações Exteriores; do **Sr.**  
234 **Edson Stéfani**, da União Geral dos Trabalhadores (UGT); e do **Sr. Eduardo Basso**, da  
235 Secretaria de Políticas da Previdência Social, do Ministério do Trabalho e Previdência Social  
236 (SPPS/MTPS). O **Presidente** iniciou o Relato de Grupos de Trabalho, item 4 da agenda. O  
237 **Embaixador Rubens Gama Dias Filho** informou sobre o andamento do fluxo de migração  
238 em relação ao Haiti. Acrescentou que os números se mantêm equilibrados no início de 2016.  
239 Acrescentou que isso demonstra um sucesso na capacidade de processamento de vistos.  
240 Apresentou também informações sobre o Abrigo do Acre que, em fevereiro, recebeu 10  
241 pessoas, e que está funcionando, apesar de estar praticamente vazio. Comparou esses números  
242 com os do ano passado, em que chegou a ter um número de 2000 mil pessoas. Informou,  
243 posteriormente, que o Equador decidiu suspender ou não solicitar mais vistos para os chineses.  
244 Acresceu que essa decisão pode ter impacto no Brasil. A Sra. **Bela Feldman Bianco (SBPC)**  
245 indagou se as autorizações concedidas aos Haitianos resultavam de uma reunião familiar. O Sr.  
246 **Embaixador Rubens Gama Dias Filho (MRE)** informou que 85% é de reunião familiar. O  
247 **Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTPS)** recordou que os dados sobre os Haitianos não  
248 puderam ser aclarados em reunião anterior por causa da ausência do Representante da Polícia  
249 Federal. Solicitou que esses dados fossem disponibilizados. O Sr. **André Zaca Furquim**  
250 **(DPF)**, registrou a solicitação e encaminhará o levantamento estatístico à presidência do  
251 Conselho. Sr. **Duval Magalhães Fernandes (CNPD)** acresceu, ao pedido feito à PF, os dados  
252 sobre o local onde os migrantes estão registrados, uma vez que a reunião familiar tem um  
253 impacto muito importante nos municípios, em consequência das políticas municipais. O Sr.  
254 **Presidente** prosseguiu e questionou sobre os dados Migratórios, o Observatório das  
255 Migrações. O Sr. **Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira (OBMigra)**, comunicou que os dados  
256 são os mesmos do informe passado, porém, para dados mais concretos, estão buscando  
257 aqueles em relação à carteira de trabalho e à Previdência Social. Explanou que, em São Paulo,  
258 devido ao sistema manual de emissão de Carteiras de Trabalho, parte da base de dados fica  
259 comprometida. O Sr. **Presidente** esclareceu que os registros mensais, fornecidos pelo  
260 Ministério do Trabalho, não incluem o dado da nacionalidade. Sr. **Paulo Illes**, Coordenador  
261 de Política de Migração em São Paulo, elucidou sobre o caso das mulheres angolanas.  
262 Informou que receberam mais de 340 mulheres angolanas no Rio de Janeiro e que elas foram  
263 direcionadas ao Programa Família em Foco, pois eram mulheres grávidas e com três ou  
264 quatro filhos. Esclareceu que, pelo fato de não terem sido direcionadas ao Centro de

265 Referência, não se possui dados aprofundados. Acrescentou que estão em um abrigo  
266 emergencial, em condições bastante precárias, e que o espaço está lotado. Enfatizou que é  
267 uma preocupação para o Brasil. Questionou sobre como essas angolanas adquirem o visto  
268 com tamanha facilidade. Sugeriu que se faça um modelo de atendimento especial, de forma  
269 digna, como se fez com os haitianos. Adicionou estar solícito para colaborar com informações.  
270 O Sr. **Embaixador Rubens Gama Dias Filho (MRE)** esclareceu que a situação dos  
271 migrantes angolanos foi conhecida há um mês atrás. Acrescentou que estão buscando dados e  
272 informações sobre esse grupo. Explicou que essa emissão de visto pode ter vindo da rotina de  
273 trabalho da Embaixada do Brasil na Angola. Aclarou que foi identificada uma certa  
274 fragilidade na questão da quantidade de vistos, os quais são solicitados em Luanda, e na  
275 capacidade de processá-los, porque é a embaixada que emite mais vistos na África, cerca de  
276 25 mil vistos por ano. Acresceu que outro motivo é a existência de perfis diferentes de  
277 cidadãos angolanos que solicitam o visto, os quais: sacoleiros; estudantes angolanos; turistas.  
278 Esclareceu que já determinou, à Embaixada, maior criteriosidade em relação à emissão de  
279 visto. Adicionou que, em relação aos estudantes, será constatada a Universidade. Explicou  
280 que, do ponto de vista organizacional, estão buscando a instalação de um *Visa Center* na  
281 Angola, devido ao grande número de solicitações. Esclareceu que estão conversando com as  
282 migrantes angolanas e que, até a semana vindoura, teriam um interessante dossiê. Em seguida,  
283 o Sr. **Presidente** informou que, em São Paulo, ocorrem duas iniciativas em relação aos  
284 imigrantes: 1) um Centro de Referência de Apoio ao Imigrante, CRAE; 2) a possibilidade dos  
285 migrantes participarem do Processo de eleição de representantes em cada Subprefeitura. Sr.  
286 **Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTPS)** abordou a importância do CNIg no que diz respeito  
287 a esses novos fluxos migratórios. Acresceu que, com relação às migrantes angolanas, essa  
288 temática adentra em dois grupos de trabalho: 1) Análises de novos fluxos migratórios e 2)  
289 Ingresso de crianças e adolescentes migrantes no Brasil. Solicitou que essa temática entre nas  
290 pautas desses dois grupos. Em seguida, o Sr. **Presidente** destacou a necessidade de votação da  
291 prorrogação da vigência da Resolução 97/2012 sobre o visto especial para os Haitianos.  
292 Solicitou que os Conselheiros debatessem isso, internamente, em suas bases, para que haja a  
293 deliberação no início do segundo semestre. Informou, posteriormente, que se reuniu com a  
294 prefeitura de São Paulo para a articulação da junção do Fórum de Participação Social com o  
295 Fórum Social Mundial das Migrações. Comunicou que o Fórum Social Mundial das  
296 Migrações ocorrerá do dia 07 até o dia 10 de julho na Universidade Zumbi dos Palmares;  
297 então, acordou que o Fórum de Participação Social ocorrerá no dia seis de Julho. Confirmou  
298 que foram solicitadas dez salas. Acrescentou que haverá uma reunião ampliada no dia vinte e

299 nove de março em São Paulo, com a presença de Conselheiros, observadores e um conjunto  
300 de organizações da sociedade civil para a divulgação do Fórum. Em seguida, a Sra. **Natalia**  
301 **Cintra (OBMigra)**, acresceu que há a pretensão de implementar etapas virtuais antes da  
302 realização do Fórum. Ela apresentou os eixos do Fórum, os quais totalizam dez segmentos: 1)  
303 acesso ao mercado de trabalho; 2) políticas e medidas de proteção laboral; 3) integração sócio  
304 laboral; 4) documentação; 5) direitos fundamentais de trabalhadores e trabalhadores migrantes;  
305 6) recepção e informação ao trabalhador; 7) qualificação profissional; 8) famílias  
306 transnacionais e remessa; 9) trabalhadores migrantes retornados; 10) diversidade de gênero na  
307 política laboral. Aclarou que esses eixos são ligados aos trabalhos conduzidos pelo CNIg. O  
308 Sr. **Presidente** deu continuidade a pauta e passou a palavra ao terceiro grupo de trabalho:  
309 Implementação dos Resultados da pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas. O Sr.  
310 Coordenador-Geral de Imigração, **Aldo Cândido Costa Filho**, esclareceu que a discussão,  
311 desse grupo, tratou da simplificação na tramitação de documentos, por causa da burocracia  
312 para o envio dos mesmos, quando solicitados, aos Ministérios. Acrescentou que houve uma  
313 proposta de mudança do decreto do Conselho Nacional de Imigração, 23 B, Artigo primeiro,  
314 que estabelece condições simplificadas para a concessão de visto temporário. Foram  
315 abordadas: a questão da transformação do visto de estudante em visto de trabalho, trabalho  
316 temporário, e a possibilidade do visto de turista se transformar em visto de trabalho. O Sr.  
317 **Presidente** reforçou que essa temática de desburocratização já é um assunto constantemente  
318 tratado pelo Conselho e que devido ao Relatório elaborado pela FGV, essas mudanças foram  
319 antecipadas. Abordou também a questão da iniciativa de atualização do Decreto 86.715 que  
320 ainda está em votação no Congresso. O Sr. **Embaixador Rubens Gama Dias Filho (MRE)**  
321 reafirmou a importância da desburocratização e a importância dessa iniciativa de atualização  
322 do Decreto 86.715. O Conselheiro **Elias Ferreira (FS)** fortificou a relevância da  
323 desburocratização e da iniciativa de atualização do Decreto 86.715 e demonstrou preocupação  
324 da transformação do visto de turista em visto de trabalho. O Sr. **Odilon dos Santos Braga**  
325 **(CTB)** corroborou com a iniciativa de atualização desse Decreto e questionou sobre o papel  
326 do Conselho na regulação de novas profissões destacando a necessidade de um diálogo sobre  
327 o assunto. A Sra. **Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto (CNC)**, ressaltou que  
328 essa questão do visto de trabalho, como substituto do visto de turista, é uma discussão que já  
329 foi colocada, diversas vezes, na mesa do Conselho, assim como o caso do visto de estudante.  
330 Concluiu que, na legislação em andamento, já foi incluída a manutenção do Conselho  
331 Nacional de Imigração. O Sr. **João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva (MJ)** reforçou  
332 que alguns projetos preveem, efetivamente, medidas práticas. Acresceu que há a necessidade

333 de avançar para a viabilização de transições, até que haja o alcance de uma nova ordem  
334 jurídica para as migrações, porque a Lei atual é estreita. Aclarou que não se trata de extinguir  
335 ou alterar substancialmente uma estrutura de competências ou atribuições, sobretudo,  
336 jurídicas, mas diminuir o tempo dos Processos, diminuir ou racionalizar os Processos.  
337 Colocou a necessidade de se ter um texto de trabalho constante a fim de que se ancore as  
338 expectativas. Apontou que a Lei e o Decreto atual apresentam, muitas vezes, puros obstáculos  
339 para a realização de diálogo, e que o foco deve ser a melhora na prestação de serviço. São  
340 atualizações, sugestões, enviadas ao espaço de discussão do Programa Bem Mais Simples da  
341 Presidência da República. O **Presidente** informou ter tomado nota de todos os comentários  
342 referentes à questão da transformação do visto de turista em visto de trabalho, e também ao  
343 procedimento para que alguém possa tirar uma autorização de trabalho. Solicitou que os  
344 Conselheiros apresentassem uma proposta consolidada. Reforçou que, assim que tiver essa  
345 versão implementada pelos diversos órgãos, irá repassá-la a todos os Conselheiros e  
346 Conselheiras para que leiam e analisem. O **Presidente**, no seguimento da agenda, informou  
347 que o Tema do Ingresso de Crianças e de Adolescentes Imigrantes no Brasil foi adiado, pois  
348 não houve reunião do Grupo de trabalho. Prosseguiu a pauta para o tema Assuntos Diversos.  
349 Apresentou, então, a proposta de alteração da Resolução Administrativa nº 10, em que foi  
350 solicitada a participação do *Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas*  
351 *Migratórias (ICMPD)* com o mesmo *status* que a OIT, e a proposta de alteração da Resolução  
352 Normativa 76. O Sr. **Aldo Cândido Costa Filho**, da Coordenação Geral de Imigração,  
353 informou a Resolução Normativa 76 refere-se ao estrangeiro que é atleta profissional, em que  
354 lhe é concedido um visto em um prazo, não excedente, de dois anos. Esclareceu que a Lei  
355 6.815 versa sobre a concessão do visto, a partir da observação das exigências da legislação  
356 específica, para o prazo, não excedente, de cinco anos, o qual não estava vigente na época.  
357 Após consultar os Conselheiros, O Sr. **Presidente** declarou aprovadas as duas propostas.  
358 Esclareceu que a proposta de alteração da Resolução nº 93 foi adiada para abril a pedido da  
359 Defensoria Pública da União. Posteriormente, o Sr. **Presidente** deu início aos relatos dos  
360 Processos.

361

362 Relato dos Processos:

363

364 1) Relator: **MJ**; Processo: **46094.009837/2013-46**; Nome do estrangeiro: Edwin Guarachi  
365 Condori; País: Outros; Chamante: Defensoria Público da União em São Paulo; UF: SP; Tipo  
366 de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Processo foi retirado de pauta. 2) Relator: **MJ**;

367 Processo: **46094.004879/2014-71**; Nome do estrangeiro: Papa Mamadou Mbaye; País:  
368 Senegal; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente;  
369 Decisão: O Processo foi retirado de pauta. **3) Relator: MJ**; Processo: **08460.013507/2012-60**;  
370 Nome do estrangeiro: Patrick Nzomba Ngiayi; País: Congo; Chamante: Patrick Nzomba  
371 Ngiayi; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Processo foi retirado de  
372 pauta. **4) Relator: MJ**; Processo: **46094.002197/2015-13**; Nome do estrangeiro: Ilda Flores  
373 Ramos; País: Bolívia; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto:  
374 Permanência Definitiva; Decisão: O Processo foi retirado de pauta. **5) Relator: MJ**; Processo:  
375 **46094.041434/2012-19**; Nome do estrangeiro: Edwin Guarachi Condori; País: Outros;  
376 Chamante: Defensoria Pública da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente;  
377 Decisão: O Processo foi retirado de pauta. **6) Processo: 46094.002216/2015-01**; Nome do  
378 estrangeiro: Barbara Caleo e Dependente(s); País: Itália; Chamante: Médicos Sem Fronteiras -  
379 Brasil; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo  
380 DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **7) Relator: MRE**; Processo:  
381 **46094.000011/2016-64**; Nome do estrangeiro: Liliana Oliveira Vidal; País: Portugal;  
382 Chamante: Anabela de Jesus Oliveira; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O  
383 Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do  
384 Relator. **8) Relator: MRE**; Processo: **46094.000010/2016-10**; Nome do estrangeiro: Joseph  
385 Edmon; País: EUA; Chamante: Adrian Vardi; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão:  
386 O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, com EXIGÊNCIAS. **9)**  
387 **Relator: MRE**; Processo: **46094.000931/2015-00**; Nome do estrangeiro: Roney Souza; País:  
388 Bangladesh; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente;  
389 Decisão: O Processo foi retirado de pauta. **10) Relator: MRE**; Processo: **46094.002198/2015-**  
390 **50**; Nome do estrangeiro: Katharina Vera Hofmann de Moura; País: Alemanha; Chamante:  
391 Fundação Friedrich Ebert; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu,  
392 por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **11)**  
393 **Relator: MAPA**; Processo: **46094.001922/2015-28**; Nome do estrangeiro: Mayi Del Carmen  
394 Betances; País: República Dominicana; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP;  
395 Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo  
396 DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **12) Relator: MS**; Processo:  
397 **46094.001933/2015-16**; Nome do estrangeiro: Claudina Lobo Mata; País: Cabo Verde;  
398 Chamante: Defensoria Público da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O  
399 Processo não foi relatado. **13) Relator: MS**; Processo: **46094.001919/2015-12**; Nome do  
400 estrangeiro: Simão Pedro Sampaio e Dependente(s); País: Angola; Chamante: Defensoria

401 Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Processo não  
402 foi relatado. **14)** Relator: **MS**; Processo: **46094.000601/2015-14**; Nome do estrangeiro:  
403 Abibou Kabore; País: Burkina Fasso; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo  
404 de Visto: Pemanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **15)** Relator: **MDIC**; Processo:  
405 **46094.001927/2015-51**; Nome do estrangeiro: Bingbing Xu; País: China; Chamante:  
406 Bingbing Xu; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso,  
407 pelo DEFERIMENTO do pedido, condicionado a EXIGÊNCIAS. **16)** Relator: **MCTI**;  
408 Processo: **46094.001929/2015-40**; Nome do estrangeiro: Luis Enrique Pestana Aguiar e  
409 dependentes; País: Venezuela; Chamante: Luis Enrique Pestana Aguiar; UF: SP; Tipo de  
410 Visto: Permanente; Decisão: O Processo em EXIGÊNCIA. **17)** Relator: **MCTI**; Processo:  
411 **46094.001828/2015-79**; Nome do estrangeiro: Jongseob Han; País: Coréia; Chamante: Hong  
412 Kuk Han; UF: SP; Tipo de Visto: Pemanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo  
413 INDEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **18)** Relator: **MCTI**;  
414 Processo: **46094.001829/2015-13**; Nome do estrangeiro: Yeeun Han; País: Coréia; Chamante:  
415 Hong Kuk Han; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por  
416 consenso, pelo INDEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **19)** Relator:  
417 **MEC**; Processo: **46094.002120/2015-35**; Nome do estrangeiro: Andreia Filipa Carvalho  
418 Pinheiro; País: Portugal; Chamante: Paulo Jorge da Silva Pinheiro; UF: SP; Tipo de Visto:  
419 Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **20)** Relator: **CNA**; Processo:  
420 **46094.001926/2015-14**; Nome do estrangeiro: Isabel Maria Perez Perez; País: Cuba;  
421 Chamante: Hector Luciano Perez Perez; UF: DF; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O  
422 Plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do  
423 Relator. **21)** Relator: **CNA**; Processo: **46094.002226/2015-39**; Nome do estrangeiro: Neila  
424 Cibell Ramos Delgado; País: Cabo Verde; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP;  
425 Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Processo condicionado a EXIGÊNCIAS.

426 Os seguintes processos foram indeferidos *Ad Referendum* por descumprimento da Resolução  
427 normativa e o indeferimento foi referendado pelo Plenário:

- 428 1) 46094.000026/2016-22; 2) 46215.001887/2016-12; 3) 47758.000002/2016-85  
429 4) 46094.000019/2016-21 5) 46094.000020/2016-55 6) 46215.001406/2016-61  
430 7) 46215.037006/2015-11;

431

432 Processo foi deferido “*Ad-Referendum*” por cumprimento da Resolução Normativa e o  
433 deferimento foi referendado pelo Plenário:

434 8) 46094.000030/2016-91;

435

436 **ENCERRAMENTO:** Após o relato dos Processos e, não havendo nada para tratar, o  
437 Representante do MTPS, **Sr. Paulo Sérgio de Almeida** agradeceu a presença e a contribuição  
438 de todos e encerrou a II Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração do dia oito de  
439 março de dois mil e dezesseis.

440

441

442

Paulo Sérgio de Almeida

443

Ministério do Trabalho e Previdência Social

444

445

446

447

Brasília

448

Março de 2016.